



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Antirracismo e Serviço Social

AS EXPRESSÕES DO RACISMO COLONIAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA.

CIBELE DA SILVA HENRIQUES ¹

Resumo

A pesquisa pretende com a análise qualitativa sobre as expressões do “racismo colonial” por meio do “vivido na universidade pública. Para tanto realizamos uma pesquisa empírica com 21 entrevistadas/os autodeclaradas/os negras/os. Buscamos então apresentar as situações racistas vivenciadas pela diáspora negra trabalhadora afro-brasileira no cotidiano profissional universitário, as quais circunscrevem corpos negros e mentes negras em “lugares escravizados” para a construção de uma “excelência universitária” que remete os créditos apenas para os representantes da “branquitude”

Palavras-chave: Racismo Colonial; Branquitude; Diáspora

Summary

The research intends with the qualitative analysis on the expressions of “colonial racism” through the “lived in the public university. For that, we carried out an

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Do Rio De Janeiro

empirical research with 21 self-declared black interviewees. We then seek to present the racist situations experienced by the Afro-Brazilian working black diaspora in the university professional daily life, which circumscribe black bodies and black minds in "enslaved places" for the construction of a "university excellence" that sends the credits only to the representatives of the "whiteness"

Keywords: Colonial Racism; Whiteness; diaspora

1. INTRODUÇÃO

Qual o lugar de negras/os na universidade pública? Negras/os diaspóricas/os varrem, limpam, abrem unidades acadêmicas e portões, abastecem materiais, promovem cuidados assistenciais aos usuários, mas nem sequer são colocados seus nomes nas laudas dos projetos de pesquisa, assistenciais e quiçá recebem os emolumentos das patentes registradas. Como podemos construir uma territorialidade negra nas universidades no pós-cotas que construa uma agência entre "negras/os letradas/os e negras/os plebeus" para desconstruir as contratualidades narcísicas.

As cotas raciais na educação superior foram um gatilho importante para que se ampliassem a nível nacional as ações afirmativas no âmbito de outras políticas sociais. Foram essenciais para corrigir a defasagem educacional (idade-série) geracional da população negra trabalhadora. Pois, como é sabido, negras/os, forras/os e libertas/os, foram proibidas/os de estudar, somente lhes foi permitido o letramento de modo incipiente ao longo da República Velha, precisamente até a 4ª série do fundamental, com vistas a uma formação básica para o trabalho braçal. O que fez com que gerações de famílias negras não conseguissem obter escolaridade fundamental completa para ingressar em melhores postos de emprego, com melhor remuneração.

Assim, se constituiu um fosso temporal intergeracional que foi minorado pela

instituição de projetos educacionais populares de aceleração de aprendizagem capitaneados por instituições religiosas, pela construção de pré-vestibulares comunitários e pela luta dos movimentos negros em prol das ações afirmativas.

Essa pesquisa foi realizada com vistas a desvelar as expressões do “racismo colonial” utilizaremos um conjunto de instrumentos e procedimentos que visam fornecer as bases lógicas da investigação científica, bem como propiciar a construção de uma linha de raciocínio que nos forneça subsídios teórico-metodológicos para a interpretação qualitativa do cotidiano profissional da diáspora negra trabalhadora afro-brasileira na UFRJ (LAKATOS e MARCONI, 1993).

Para tanto, realizamos um breve levantamento empírico, com vistas a subsidiar o tratamento qualitativo dos dados coletados. O público-alvo escolhido é negro, constituído por pretas/os e pardas/os autodeclarados, composto por cotistas e não cotistas na educação superior e no funcionalismo público federal que exercem atividades laborativas. Estrategicamente optamos por um universo de 15 entrevistadas/os, para que pudéssemos tratar qualitativamente com mais afinco os dados coletados e interpretar os discursos, as situações raciais e os determinantes do racismo colonial.

No que concerne às entrevistas, utilizamos um roteiro de entrevista aberto e flexível, que objetivou captar as situações de racismo no cotidiano profissional das/os negras/os diaspóricas/os trabalhadoras/es afro-brasileiras/os numa universidade pública, bem como os itinerários de resistência e a (re) estruturação do processo das cotas raciais na educação superior e no funcionalismo público.

Em relação à escolaridade dos pais das/os entrevistadas/os, ilustra esse abismo educacional geracional existente entre pais e filhas/os das famílias negras. Os pais nascidas/os entre as décadas de 1950 e 1970 não tiveram a oportunidade de cursar uma universidade pública, tiveram que trabalhar para sustentar as/os filhas/os, bem como para que estudassem e obtivessem diplomação.

Enquanto as/os entrevistadas/os possuem nível superior e/ou estão cursando, 54% dos genitores apenas sabem ler e escrever, não têm o antigo ensino primário (1ª à 4ª série). Apenas 16% conseguiram terminar o ensino primário. Tal percentagem decresce pouco em relação à formação de nível médio e superior, o

que indica que seus pais precocemente adentraram no mercado de trabalho e tiveram poucas oportunidades educacionais.

É importante destacar que a maioria das/os entrevistadas/os é proveniente de famílias negras pobres e estudou em colégio público. Quando estudaram em escola particular, as/os entrevistadas/os eram bolsistas do ensino regular ou de projetos de educação de jovens e adultos (período noturno). Onze entrevistados relatam ser os primeiros da família a cursar uma faculdade pública. Em contraponto, somente duas apontam a experiência geracional de familiares de primeiro grau (pai ou mãe) com curso superior completo.

2. RACISMO COLONIAL: relatos e vivências do processo de (re)escravização na contemporaneidade.

As/os entrevistadas/os – autodeclarados negras/os - conseguiram obter maior escolaridade que os genitores. Tal processo também ocorreu através da ‘conciliação entre trabalho, estudo e vida familiar’. Portanto, assim como seus pais, tiveram que arcar com os custos sociais do letramento sem a provisão de auxílios estatais e sem a reserva de vagas.

Historicamente, o processo de formação profissional de negras/os diaspóricas/os trabalhadoras/es afro-brasileiras/os se deu por meio do trabalho. A formação escolar se mostrou secundária: uma requisição do trabalho ou uma necessidade de reprodução social familiar. Portanto, foi como “*trainer*” que negras/os se inseriram em trabalhos precários e experimentaram o processo de ensino-aprendizagem.

Negras/os diaspóricas/os trabalhadoras/es afro-brasileiras/os, na condição perpétua de “*trainer*”, tiveram que suportar individualmente as dores do racismo que se reproduziu geracionalmente por meio de práticas sociais miméticas no ambiente de trabalho e escolar que contribuía para a persistente defasagem idade-série. De tal modo que seus pais somente na fase adulta puderam retomar os estudos, após uma fixação menos precária no mercado de trabalho, que permitia ‘ganhos’ mais

sistemáticos, próximos de um assalariamento.

As/os entrevistadas/os também relataram racismos ao longo do seu processo educacional, como exposto abaixo:

Aquilo que eu te falei, né?! **Tem um amigo loiro, no ensino ginasial, um amigo loiro dos olhos azuis e, como a gente era muito amigo, eu era a mosca no leite dele.** Aquilo que eu te falei, né... **“Tinha que ser essa nega”.** Tem esses comentários, né, que causam desconforto, esse comentário de a **“nega burra”**, quando você tá num jogo, no meu colégio, né... Essa coisa é muito chata, né (11L, 2020, grifo nosso).

Na época do primário, não. E o resto foi no Colégio Pedro II, assim, que tenha sido uma coisa direta, que tenha me afetado não, porque eu, nas turmas, lá no Pedro II, era uma turma grande, felizmente éramos dois, três negros numa turma, durante os anos todos. Quer dizer, eu fiquei no Pedro II durante sete anos e sempre eram pouquíssimos negros na sala (6F, 2020, grifo nosso).

Os relatos expressam como o sistema educacional reproduz racismo de modo velado e sórdido, inclusive ao reproduzir “racismos” coloca a raça como elemento estrutural e estruturante das relações sociais de classe, gênero e trabalho. Almeida (2018b) aponta que sem a educação o racismo não teria como se reproduzir, pois ele faz parte de todos os projetos educacionais, inclusive os progressistas, é parte integrante da agenda liberal do Estado capitalista.

É essencial pensar o papel da educação na reprodução do racismo, como as instituições educacionais disciplinam e moldam corpos negros a se acostumarem como o racismo e a se fixarem em lugares sociais inferiores e em papéis estereotipados e racializados.

Consideramos que é por meio da estrutura educacional que a “Branquitude” brasileira afirmou sua “brancura”, ao classificar e hierarquizar de modo disciplinar os corpos racializados, ou seja, os corpos negros. Assim, é na escola que nos descobrimos negras/os — e, conseqüentemente, o racismo e o sexismo —, bem como somos socializadas/os pelos nomes racistas, por exemplo: “Anastácia”, “Mosca no Leite”; “Cabelo de Juba”; “Tição”; “Macaca”; “Azeitona preta”, etc.

As brincadeiras, né, são brincadeiras, **brincadeiras de cunho racista**, discriminatórios pela questão do gênero também, isso com certeza. **E assim, às vezes, algumas brincadeiras de que eu fui vítima, né, era muito mais do fato de**

eu ser mulher do que de ser negra (3C, 2020, grifo nosso).

Tecemos como hipótese que é na ‘escola do colonizador’ que se reproduz a ideologia eugênica de mundo do colonizador, a qual é materializada pela racialização dos corpos não brancos, os quais perdem sua individualidade, são lactificados e homogeneizados para se manterem inferiores na estrutura social.

É sob olhares racistas e não olhares, brincadeiras racistas, xingamentos racializados, que o sistema educacional público e privado vai conformando experiências da dor às/aos negras/os no Brasil. O que, ao nosso entender, pode ser minorado parcialmente pela instituição de cotas raciais na educação superior e no funcionalismo público, mas que não dá conta de fissurar as estruturas do racismo — que no âmbito educacional é estrutural e colonialista — tampouco acabar com a raça, enquanto uma relação econômica, social e política construída pelo capitalismo moderno.

Tais racismos, aprendidos e difundidos pelas demais crianças e jovens na escola do colonizador, produzem novas “colonialidades” que serão sentidas e reproduzidas na universidade e no mercado de trabalho capitalista.

Ao longo das entrevistas, percebemos que a adoção de cotas raciais na educação superior tem colaborado para o ingresso de negras/os trabalhadoras/es no mercado de trabalho privado, ao mesmo tempo que a instituição de cotas raciais no funcionalismo público tem possibilitado a retomada dos estudos e, por conseguinte, o ingresso de negras/os na universidade pública e/ou particular.

Entre as/os 13 entrevistadas/os, percebemos ainda que as mulheres negras diaspóricas são mais acionadas para compartilhar seus recursos financeiros com os demais familiares. Uma entrevistada utiliza seus recursos financeiros para sustento próprio e dois homens negros entrevistados relatam ser o provedor principal da sua família.

Logo, ter uma formação universitária, ser cotista étnico-racial e/ou social, ser bolsista da assistência estudantil, ser uma/um negra/o diaspórica/o trabalhadora/or afro-brasileira/o letrada/o faz parte de um projeto familiar, pois visa aumentar a renda da família, promover o acesso a bens e serviços, e garantir a sobrevivência da prole negra. Além disso, faz com que outras gerações deixem de realizar “trabalhos

de ganho”² para custear seus estudos — e sejam vitimados pela violência do Estado repressivo-penal brasileiro (Wacquant, 2003).

O ingresso no funcionalismo público também se mostrou um mecanismo eficaz de distanciamento das/os negras/os dos ‘trabalhos de ganho’, o que permitiu por força de lei a conciliação de ‘trabalho e estudo’ no horário regular de trabalho. Mesmo assim, a maioria das/os entrevistadas/os aponta ter sofrido ‘racismo’ ao longo da trajetória funcional e educacional, mesmo sendo funcionários públicos. Podemos evidenciar ‘a raça’ como um elemento de inferiorização e fixação de papéis, que nem a lei consegue promover mudanças significativas nas relações sociais de raça e gênero.

A entrevistada 15Q, professora adjunta, relatou que como “trabalhadora intelectual” sofreu racismo ao executar suas funções, o qual se expressou por meio do rechaçamento da posição ocupada por ela na universidade, como expõe abaixo:

O funcionário foi agressivo e sem respeito nenhum ao ser requisitado para aumentar o ar condicionado da sala que utilizava para turma do Mestrado [...] **porque a despeito dos discursos marxistas e antirracistas, o corpo docente, discente, burocrático e de serviços continua sendo dominado pelo racismo estrutural e institucional** (15Q,2020, grifo nosso).

O relato expressa que o racismo nunca é pontual, nem guetização, ele é transversal aos sujeitos racializados e estruturalmente sistêmico. Portanto, é estruturante de relações sociais racistas e sexistas, que são mimetizadas e inferiorizam duplamente as mulheres diaspóricas trabalhadoras afro-brasileiras, fixando-as em estereótipos coloniais.

As/os servidoras/es entrevistadas/os do quadro permanente, não cotistas, relatam que sofrem com “falas racistas”, o que ocorre também quando ocupam cargos de chefia, mesmo sendo “letradas/os”. Essa percepção expressa a reprodução do racismo estrutural em sua faceta colonialista, na qual a raça é estruturante das ‘relações raciais de classe e gênero’ que classificam e hierarquizam negras/os, em sua estrutura administrativa/educacional, de modo estereotipado que relembra ‘lugares sociais’ colonialistas.

²Um exemplo são as/os jovens negras/os que realizam serviço de garçonele/garçom para *buffets*, sítios e casas de festas.

Os relatos apontam que as entrevistadas relacionam o fenótipo como sendo a identificação racial em relação ao grupo, o que pode levar a armadilhas, pois nem sempre ter fenótipo negra/o é sinônimo de “negritude”, haja vista que a identidade é socialmente e politicamente construída. Portanto, pode ser mais embranquecida ou não. Em contraponto, o fenótipo é uma marca de nascença, que pode ser mudado e reorientado a depender das experiências relacionais de classe, gênero, territorialidade e religiosidade na sociedade.

Ambos podem expressar concordância ou discordância. Por exemplo, uma mulher negra diaspórica pode ter fenótipo negro e pertencer à comunidade judaica e construir sua identidade como uma mulher negra embranquecida e judaica. Em contrário, um homem pardo diaspórico pode ter fenótipo miscigenado e ser morador da periferia e construir sua identidade como homem pardo enegrecido e periférico.

Os relatos também expressam o racismo e o sexismo sofrido pelas mulheres negras na referida instituição, pois são duplamente hierarquizadas – pela raça e pelo gênero – e sentem as dores coloniais que impele inferioridades diversas aos corpos femininos negros, forjam estereótipos e xingamentos linguísticos que vão desde a “nega burra” até a “nega fedida”. Tais denominações revelam que a cor negra é associada à ideia de sujeira, o que se acentua nos espaços educacionais e de saúde, que sob o mote eugenista buscam promover a assepsia de corpos e mentes negras, tidos como “mentes e corpos de escravizadas/os”, como relatou o entrevistado 11L:

Então, pra mim, o primeiro racismo que eu identifiquei é o do olhar. E os outros são de comentários mesmo, né, “seu cabelo é ruim”, o passado da escravidão em discussões com amigos era colocado como uma forma pejorativa, né. Inclusive, há pouco tempo, que eu ouvi de um amigo meu que eu tenho a mente de um escravo, por causa de uma situação, né, que a gente tava falando sobre problemas da vida e tudo mais, aí ele falou “ah, não, você tem a mente de escravo, como você pensa assim” (11L, 2020, grifo nosso).

O processo de ensino-aprendizagem, destinado para o trabalho, de negras/os diaspóricas/os no Brasil se mostrou como uma experiência ancestral, atemporal, que plantou as memórias da colonização, pois mesmo sendo letradas/os são vistas/os

como 'mentes e corpos de escravos/os'. Há uma mimetização da experiência do racismo nas relações sociais de raça no Brasil que faz com que negras/os sejam tratadas/os a partir das memórias da escravidão.

É desse "lugar social colonialista" que negras/os diaspóricas/os trabalhadoras/es afro-brasileiras/os são lidas/os quando adentram na universidade do colonizador. As memórias da colonização são perpetuadas pelas relações sociais de raça e gênero no ambiente educacional e de trabalho (Kilomba, 2019).

Como aponta Bertin (2006), isso se deve porque a construção da territorialidade negra nos serviços públicos se deu inicialmente pelo recrutamento do Estado colonizador, que utilizou negras/os forras/os e libertas/os nas instituições públicas para que pudessem realizar o trabalho pesado, em atividades de infraestrutura, cuidado e limpeza.

Com o passar dos anos, tal recrutamento continuou a ser feito por meio da Igreja Católica, que preparou quadros profissionais para a operacionalização do cuidado aos doentes, recrutou negras/os para ocupar postos de trabalho racializados – auxiliares de enfermagem e visitadoras sociais, os quais 'brancos/as letrados/as' não ocupavam por ter maior escolaridade.

O ingresso de negras/os diaspóricas/os trabalhadoras/es afro-brasileiras/os na universidade pública ocorreu para subsidiar/auxiliar a "Branquitude" ilustrada que pré-determinou o itinerário negro: o trabalho auxiliar nos hospitais e laboratórios, a dispensação de produtos nos almoxarifados e lavanderias, a produção de comida nas cozinhas industriais, a guarda de patrimônio e bens, e a limpeza das instituições assistenciais e unidades acadêmicas.

O breve levantamento realizado nos revelou que tal recrutamento de negras/os para as atividades de serviços gerais se deu de modo geracional, o trabalho foi sendo exercido por várias pessoas da mesma família negra. A entrevistada 1A relatou que seu avô e seu pai, homens negros, foram serventes aonde trabalha, começaram a trabalhar desde quando a universidade foi fundada, numa profissão criada após a libertação das/os escravizadas/os (1988) que foi, e ainda é desempenhada em sua maioria por negras/os diaspóricas/os na referida instituição.

Ao longo da entrevista, 1A também revelou os itinerários de resistência da sua

família na construção dessa territorialidade negra servil. Ao enunciar que, diferentemente de seu pai e de seus antepassados, foi diretora do local que sua família trabalhou, o que fez cair lágrimas dos olhos.

Uma emoção muito grande porque eu relembro também dos meus antepassados, meu pai, meu avô, tudo passaram aqui sem nenhuma oportunidade, meu pai foi servente [...] me emociono ao pensar nisso (1A, 2020).

A mudança da territorialidade negra – de servente a servidor público – se deu por conta do processo de lutas no seu cotidiano, travadas silenciosamente por várias/os negras/os que constituíram resistências viscerais para conseguir permanecer num espaço embranquecido e, mesmo assim, promover uma territorialidade negra geracional.

Tais resistências foram somadas às lutas incrementadas pelos movimentos sociais e negros, na década de 1980, em prol da redemocratização das instituições federais de ensino, da instituição da autonomia universitária e da promulgação da Constituição Federal de 1988, que promoveu uma cesta de direitos sociais, a valorização da carreira do servidor público e a estatização do vínculo funcional. É a partir da CF/1988 e da Lei nº 8.112/90 — que preconiza a Instituição do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias, e em regime especial, das fundações públicas federais — que negras/os trabalhadores celetistas foram alçados a servidores públicos estatutários e puderam aumentar a sua escolaridade e progredir no funcionalismo federal.

Logo, o aumento da escolarização dos ‘estatutários’ não promoveu mudanças no estereótipo negro na universidade. Como bem coloca a entrevistada 2B, “*tinha coisas para uns, não tinha para outros*”. Portanto, alguns tinham deferidos os pedidos de licenças prêmios, afastamentos, remoções, enquanto outros não tinham. As leis infraconstitucionais não conseguiram aniquilar os privilégios institucionais que a “Branquitude” construiu na supracitada universidade ao longo de 70 anos, pois não têm essa funcionalidade, haja vista que leis são instrumentos da agenda neoliberal capitalista, enfim, são reprodutoras do racismo e do sexismo.

Não obstante, a meritocracia masculina e branca continuou a oprimir negras/os diaspóricas/os trabalhadoras/es brasileiras/os por meio de barreiras de ‘mobilidade

territorial'. O levantamento realizado mostrou que na referida universidade negras/os não entravam como 'intelectuais nem doutores'. Quando adentravam, era para servir cafezinhos, limpar sujeiras e organizar salas de pesquisas/laboratórios, ou auxiliarem os procedimentos médicos. As falas das/os entrevistadas/os expressam esses óbices.

[...] ao longo desses **33 anos que eu trabalhei** aqui na universidade, **eu só fiquei numa unidade, eu nunca saí pra nenhuma outra unidade pra trabalhar** (3C, 2020, grifo nosso).

Não é fácil não, né. [...] visivelmente você vê, né, que **os cargos dos negros não são assim, você vê poucos professores, pouco pessoal do alto escalão, né, que são negros, não tem muita visibilidade dos negros, agora que tá tendo um pouquinho, né, com essa abertura de cotas** (9L 2020, grifo nosso).

[...] como você vê, **é um hospital infantil, você percebe que entre os estagiários você não vê negros. E só tem um... acho que ele é um professor negro. E volta e meia um ou outro que você vê com o cabelo bem cacheado, mas praticamente aqui você não vê negros** (7G, 2020, grifo nosso).

Os relatos supracitados revelam a construção de uma inscrição territorial estática de negras/os na estrutura embranquecida da universidade pública, que não conseguem mudar de setor de trabalho, que expressam dificuldades em mover as estruturas arcaicas e coloniais que sustentam a instituição, e expressam racismos, sexismos e a construção de papéis cristalizados para a diáspora negra.

E, quando parece ser realizada, é feita a contragosto do servidor, portanto se traduz em punição, como observamos na fala da entrevistada 8H:

[...] a mudança de posto de trabalho é uma prerrogativa da instituição, da administração, mas tudo o que a gente faz no serviço público tem que ser motivado, e eu queria saber a motivação dela pra me tirar do meu setor. E aí ela usou justificativas que não cabiam [...] você tá me dizendo que é pra te ajudar, que você tá precisando muito hoje [...] eu acho que você tá fazendo isso em represália pelo que eu falei com você, botei bem às claras, estou me sentindo mal, estou me sentindo aviltada, estou me sentindo violentada (8H, 2020).

As/os entrevistadas/os relatam que não há mobilidade funcional para funcionárias/os negras/os de “nível de apoio e de nível médio”.

Porque assim, coitado, **um negro vai ser redistribuído?! Só se casou com um oficial e vem com o marido. Porque pedido de redistribuição e remoção não é pra preto. Preto geralmente tá nas atividades serviçais e, raramente, olha, pra eu dizer que eu não vi isso, eu consegui quando eu era diretora, teve uma menina que fez uma... ela era escurinha até, ela fez um concurso pra Tocantins, era arrimo de família e veio pro Rio de Janeiro** (1A, 2010, grifo nosso).

Os relatos sobre as relações sociais de raça na supracitada universidade apontam para a associação de negras/os ao *status* de exóticas/os, incapazes e raivosas/os, o que evidencia a reprodução de relações sociais racistas e colonialistas em seu interior, como expressam as falas seguintes:

Ele afeta [o racismo] tanto lá debaixo da base até lá em cima [...] às vezes são ideias novas, coisas novas, que você quer implantar alguma coisa, seja ela qual for, e aí a gente pode aqui dentro ter barreira, às vezes, assim, a barreira racial [...] assim, 'ah, não, porque essa negra que tá dando uma solução', então isso pode ter/acrescentar barreira para as pessoas, né, e claro, a partir do momento que você é um ser pensante, quanto mais informação você tiver, você passa a incomodar mais. Ainda mais num meio branco que é aqui na universidade, entendeu? (6F, 2020, grifo nosso).

De modo geral, **as pessoas comentam muito sobre o meu cabelo, por eu ter um Black muito grande. Mesmo quando pessoas brancas tentam elogiar, ainda assim acabam me posicionando como uma pessoa "exótica". Isso já ocorreu em diversos momentos.** Muitas vezes não são comentários, são olhares que carregam expectativas, imagens de uma mulher negra que seria "raivosa", "agressiva". Então às vezes ficam surpresos ao me ouvirem falar, tanto porque mulheres negras são intelectualizadas como porque não correspondo à imagem de "mulher negra raivosa", entre outras. Em muitos momentos eu acabo não tendo reação, costumo escrever mais a partir dessas experiências. Minha reação imediata por maior parte da minha vida sempre foi o silêncio e acredito que isso também venha do fato de mulheres negras serem ensinadas a não responder a certas situações como mecanismo de fuga desses estereótipos (14P, 2020, grifo nosso).

. Nesse sentido, para além de se fazer necessário a construção de outras territorialidades negras, é imprescindível a construção de relações sociais nas quais a raça não seja o ordenador econômico, político e social. Pois, enquanto não implodirmos com tal conceito classificador e aglutinador de opressões, não conseguiremos estabelecer outras narrativas para negras/os diaspóricas/os trabalhadoras/es afro-brasileiras/os na universidade.

Assim, as relações sociais de raça na universidade pesquisada se expressam em relações de poder depreciativas no que tange à cor, à intelectualidade e à assistência ofertada para negras/os diaspóricas/os, como é expresso nos relatos

abaixo:

[...] ó, eu só quero ver se vocês vão cagar na entrada e na saída, entendeu? Só tem negro aí... eu quero só ver [...] í você sente aquela pressão, né, entendeu? [...] mas o que eu sei é que a gente, negro, não pode ter certas opiniões, entendeu? Nós negros não podemos falar, nós temos que aceitar sempre tudo o que nos for passado. Então, assim, eu tive um problema... A minha avaliação de estágio probatório foi refeita três vezes, depois desse embate que eu tive com a minha chefe de serviço (8H,2020, grifo nosso).

A partir das falas das/os entrevistadas/os percebemos que também projetam mimeticamente o negro como “*souvenir*” – um acessório da “Branquitude” nas instituições, portanto não devem ter “poder decisório” (Ramos, 1996; Quijano, 2005)

Tem alguns que não se reconhecem negros, que eu acho que se enquadrariam, porque ou é branco ou é negro. Tem uns que se identificam como moreno e tal... um paciente estrangeiro, loiro, olho azul, ele é muito mais querido naquele meio do que quando chega um paciente negro. [...] percebo isso, não porque eu sou negra, porque eu também sou uma profissional né, vim de uma situação de pobreza e tal, então, usei o serviço (10J, 2020, grifo nosso).

Os relatos expressam como as relações sociais de raça na universidade são pigmentocráticas, expressam conflitos entre grupos racializados, criam territorialidades distintas para pretas/os, pardas/os e brancas/os e, por conseguinte, hierarquizações distintas na estrutura administrativa e acadêmica.

Partindo dessa distinção, para brancas/os foram reafirmados historicamente ‘lugares sociais’ de gestão, enquanto para negras/os diaspóricas/os trabalhadoras/es afro-brasileiras/os foi destinada a ocupação de ‘lugares sociais’ de apoio técnico. Assim, aparentemente todo mundo convive bem – negras/os e brancas/os –, desde que negras/os não falem, não opinem e não queiram o poder.-

Observamos ao longo da pesquisa que no cotidiano profissional as/os trabalhadoras/es diaspóricas/os afro-brasileiras/os experimentam a descaracterização das atividades profissionais, xingamentos linguísticos e estéticos, que incidem sobre os corpos e mentes, colonizando-os.

Esse processo de descaracterização profissional transformou negras/os

diaspóricas/os trabalhadoras/es afro-brasileiras/os em objetos estáticos da “colonialidade do saber”, pois mesmo sendo capacitadas/os intelectualmente para desempenhar outras funções foram associadas/os a “mentes e corpos de escravas/os”. Logo, foram constantemente assediadas/os a realizarem funções auxiliares e, mesmo após as cotas raciais, ainda são impelidas/os a “cárceres sócio-raciais” na universidade, o que tem colaborado historicamente para o processo de descaracterização profissional (Quijano, 2005), como destacam as/os entrevistadas/os abaixo:

Ah! Diversas, né?! E tem umas assim que você fica bem... marcam bastante, né?! Eu como diretora às vezes tinha minhas secretárias, sempre eram mais claras, né?! Aí quando alguém queria se reportar a mim e que se abria a porta e viam que era aquela negra, Entendeu? Só que depois uma coisa boa era que ao sair daquele primeiro contato, aqueles até que nem me apertaram a mão saíram muito agradecidos pelas informações contidas. Por isso que eu sempre falo pras pessoas ‘O conhecimento é teu, ninguém tira’(1A, 2020, grifo nosso).

Principalmente nessa área que eu tô fazendo, que é **Biblioteconomia, eu tô deixando a barba crescer, é justamente por isso também, até uso como referência. Eu quero que as pessoas perguntem ‘quem é o bibliotecário?’ pra mim e eu quero me apresentar** (7G, 2020, grifo nosso).

É a produção coletiva desse inconsciente racista que dá legitimidade para que a “Branquitude” coloque negras/os num lugar de inferioridade, subalternidade, e subestime sua capacidade intelectual e não as/os enxerguem como profissionais capacitadas/os e qualificadas/os para o exercício de funções que foram historicamente exercidas por brancas/os. Ou, até mesmo, só consigam enxergar negras/os em profissões que foram exercidas por elas/eles durante a escravidão – trabalhos de ganho, carregadores de cargas, amas de leite, lavadeiras, engomadeiras. Ressignificadas após a extinção da escravidão, continuaram a ser exercidas pelos diaspóricos com diferentes denominações: babás, cozinheiras/os, alfaiates, cuidadoras de idosos e deficientes, carroceiras/os, domésticas/os e uberizadas/os³.

³Antunes (2018) afirma que o processo de “uberização do trabalhador” é a precarização das relações assalariadas, que assumem a aparência do trabalho do empreendedor, do trabalho do prestador de serviços, dos trabalhos desprovidos de direitos mediatizados pelos aplicativos de serviço (Uber, Cabify, 99, Rappi), e que são realizados por jovens negras/os periféricos. A uberização também se estende às mulheres negras que realizam “trabalhos por ganho” e a partir da livre demanda.

Entretanto, quando negras/os diaspóricas/os trabalhadoras/es afro-brasileiras/os cotistas ousam transgredir os aprisionamentos “sovernísticos” promovidos pela “Branquitude” ilustrada, se rebelam em ser seu “criado-mudo”, são punidas/os e enfrentam sozinhas/os as sanções morais impostas, inclusive as restrições de mobilidade funcional.

Então, assim, **se eu fosse aquela enfermeira negra**, que quando ela falou que eu tinha que ir pra outro setor ficasse **quietinha** e tudo bem, **talvez minha avaliação do probatório tivesse sido ok**, né, teria passado tranquilamente, **mas como eu fui a enfermeira negra que questionou, aí eu tinha que ser punida de alguma forma por eles [...] o que eu já vivenciei**. É... eu entrei já tem um ano e oito meses, vai fazer dois anos agora em setembro, mês que vem, um ano e 11 então. É... e **até hoje eu não tenho um setor** (8H, 2020, grifo nosso).

Tal relato expressa como a punição é sórdida e velada, assim como o racismo. É reproduzida pelos olhares, pelos gestos e pela linguagem, portanto é uma mimese das relações sociais de raça que são produto de um Estado racista e, conseqüentemente, de uma sociedade racista, na qual a educação é um código moral disciplinador comum.

É a partir da construção social dessa imagem racializada que negras/os diaspóricas/os trabalhadoras/es afro-brasileiras/os ora são menosprezadas intelectualmente, ora são encarcerados em fenótipos da servidão em prol da manutenção de relações de poder embranquecidas que reproduzem o imaginário social do racismo sobre os distintos grupos racializados.

A construção de coletivos negros, a afirmação de ‘negritudes’ na universidade, tem ocorrido pela afirmação da estética negra e pela desconstrução de estereótipos, bem como pela inclusão da ‘questão racial’ nos currículos dos cursos de graduação. Nesse sentido, na atualidade, pensar a construção de ‘negritudes intelectualizadas’ nas universidades públicas é pensar como está se constituindo a agência negra de lutas no interior da agenda liberal e reformista do estado racista brasileiro.

hooks (1995) defende que a construção da “negritude” só é possível por meio de “transgressões”. Para a pesquisadora, o intelectual não é apenas alguém que lida com ideias, mas sim aqueles que lidam com elas, transgride fronteiras discursivas e as inter-relacionam com a cultura política mais ampla.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O racismo colonial na universidade historicamente se mediatizou por meio da adoção de uma episteme da colonialidade, que classificou negras/os ora como objeto, ora como lugar, a serem utilizados pela “Branquitude” que se legitima como o padrão estético, cultural e político do mundo, enfim, como um conhecimento universal a ser seguida canonicamente por todas/os.

É por meio da educação formal que se conserva e se alimenta o germe do racismo, do sexismo e do colonialismo, bem como o processo de “zoomorfização” (Nogueira, 2010) dos sujeitos racializados, que a partir da inscrição em sistemas educacionais são classificados e fixados em lugares e papéis inferiores na divisão social, racial e técnica do trabalho.

Uma das facetas do ‘racismo colonial é o imobilismo social, que se efetiva por meio de uma série de portarias e normativas que pré-determinam a ‘negritude’ no interior da universidade pública e afetam tanto o alunado cotista quanto o funcionalismo cotista, assim como os egressos diaspóricos não cotistas.

A legalidade das cotas raciais na educação superior pública não conseguiu descolonizar a universidade, que impõe máscaras brancas às/aos “negras/os letradas/os” e dita normas do que é ser negra/o no Brasil — as quais são validadas pelo sistema de classificação racial adotado pela universidade em parceria com o sistema de justiça e desconsideram que ser negra/o no Brasil é “um lugar social” construído por territorialidades perversas do racismo, e não somente uma expressão fenotípica (Moura, 1994, Fanon, 2008).

A ‘colonialidade do saber’ se expressa nas falas das/os entrevistadas/os, bem como na construção de relações sociais de raça, gênero e classe que são hierárquicas, como expressam as falas abaixo:

Benefícios pra uns, benefícios pra outros. E essa colega, ela é loira, ela é branca, branca mesmo, não tem nenhum traço de misticismo, e ela vivia,

assim, me perseguindo, falava com o chefe “você vai permitir isso? A pessoa que entrou ontem, já tá ganhando, já tá isso, já tá aquilo... blá”. Ela me perseguia um pouco. Ela falou assim “já soube da novidade! [...] grávida de novo, num sei que, parara”, na frente de todo mundo, **“quer dizer que vem outro macaquinho aí, né?”** (2B, 2020, grifo nosso).

Eu já tive muito problema aqui, de adoecimento em função dessa condição, desse vínculo, é de sofrer assédio de todas as formas que você possa imaginar, mas... Eu não sei se eu consigo relacionar isso a uma questão de racismo, mas **uma questão de hierarquia do vínculo, uma relação de poder**, eu consigo fazer isso com certeza pra você (4D,2020, grifo nosso).

[...] **não vai no branco, vai em você. Você já tem uma autodefesa, né, sobre evitar muito movimento**. [...] foi até a resposta de um dos terceirizados, foi assim para minha chefe concursada **‘cara, vou te falar uma coisa, você me desculpe, mas você não pode, dar um poder a preto, é foda’** (7G, 2020, grifo nosso).

[...] eu tô aqui na **decania, né? Que é um espaço em que majoritariamente os funcionários terceirizados são negros, mas quando eu vou numa reunião de curadoria, por exemplo, não tem, né?** (12M, 2020, grifo nosso).

Precisamos travar uma luta antirracista, antissexista e anticolonial que seja antiproibicionista e antimanicomial e possa destituir a “Branquitude” da administração dos fundos públicos e, conseqüentemente, enegrecê-lo. Portanto, desconstruir essa “Maafa” de desigualdades raciais como conceitua Marimba Ani (1998 apud Ngeri, 2019, p. 6).

Os fenômenos de sequestro, cárcere, escravidão, colonização, objetificação, guetificação e genocídio que a população negra, independente da territorialidade, sofre diretamente desde 1500, chama-se Maafa (Ani, 1994). Maafa é, desta maneira, o processo de sequestro e cárcere físico e mental da população negra africana, além do surgimento forçado da afrodiáspora. Este termo foi cunhado por Marimba Ani (1994), e corresponde, em Swahili, à “grande tragédia”, à ocorrência terrível, ao infortúnio de morte, que identifica os 500 anos de sofrimento de pessoas de herança africana através de escravidão, imperialismo, colonialismo, apartheid, estupro, opressão, invasões e exploração (Ngeri, 2019, p. 6).

O Brasil é um país racialmente segregado pela miséria, não há “liberdade, igualdade e fraternidade” para negras/os diaspóricas/os trabalhadoras/es afro-brasileiras/os na agenda liberal do capitalismo moderno. Logo, as cotas raciais são o ponto de partida para fissurar o sistema moderno de raça e gênero que produz desigualdades

econômicas, sociais e políticas. Portanto, não pode ser um fim em si mesmo, tampouco se reestruturar para se alinhar à ética burguesa dominante, na qual o fim justifica os meios, como anunciou Maquiavel. É preciso implodir a raça como conceito estruturante das relações étnico-raciais, pois ser negra/o não pode ser um predicativo de sujeitas/os que são impelidas/os à vivenciar a miséria da racionalidade burguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTIN, Enidelce. Os meia cara. **Os africanos livres em São Paulo no século XIX**. Tese de Doutorado, Departamento de História, Universidade de São Paulo, 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1993.

KILOMBA, G. **O Brasil ainda é extremamente colonial**. In: GELEDÉS, 2017.

_____. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

RAMOS, A. G. **A Redução sociológica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

WACQUANT, L. (org.). **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos (a onda punitiva)**. Tradução: Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2003.